

## Os encontros e desencontros da Comissão Provisória

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, nomeada pelo governo federal para, sob a presidência do professor Afonso Arinos, preparar o "esboço de um anteprojeto de Constituição", viveu recentemente sua maior crise quando a "bancada conservadora", como alguns de seus membros são pejorativamente chamados, ameaçou abandonar as reuniões finais, negando o quórum necessário à redação final do projeto.

Isso porque, argumentando a impossibilidade de comparecer às reuniões de Itaipava, onde a Comissão estará reunida de 29 de junho a 12 de julho para completar os trabalhos, esse grupo, que não esconde seu descontentamento com os rumos seguidos pela Comissão, ameaçou não participar das reuniões. Foi precisa, segundo informações dos auto-intitulados progressistas, uma reação enérgica do professor Afonso Arinos para impedir uma cisão definitiva.

O episódio teve até lances pitorescos. Assustado com o atraso do trabalho, Afonso Arinos pediu que o secretário executivo da comissão, Mauro Santayana, que tem como principal função o "apoio logístico", encontrasse um lugar fora do Rio, onde todos pudessem trabalhar em regime de tempo integral. O primeiro lugar indicado foi Araxá, mas Arinos considerou que "era muito longe". Além disso, achou que, por causa da novela "Dona Beija", onde um dos personagens é um "padre Melo Franco", de princípios muito poucos cristãos, não ficaria bem que ele, um outro Melo Franco, aparecesse por lá agora.

E quando Mauro Santayana conseguiu com o Ministério de Minas e Energia o Centro de Treinamento de Itaipava, surgiram problemas. Apesar do lugar estar a uma hora de automóvel do Rio, grupos liderados por empresários como Sérgio Quintela (ex-presidente do PFL fluminense) e Raul Machado Horta, diretor da Belgo Mineira, anunciaram que não poderiam ir devido a seus compromissos particulares.

"O que eles queriam" — garante um outro membro da Comissão — "era impedir a redação final do projeto. Como estão perdendo no plenário as propostas que mais lhes interessam, eles achavam que poderiam impedir a conclusão dos trabalhos."

### Apenas mais uma crise

Mas a crise atual, a última e por isso mesmo a mais séria, é apenas uma das muitas que a Comissão tem vivido desde a sua criação. A primeira delas, aliás, surgiu porque muitos políticos e entidades, inclusive a OAB, julgaram-na desnecessária e pouco representativa da sociedade. Tanto assim que, para não ser mais tarde acusada de estar querendo impor uma Constituição ao País, a Comissão, modestamente, se reconheceu como encarregada de redigir apenas "o esboço de um anteprojeto".

As primeiras brigas começaram entre o ministro da Justiça, Fernando Lyra, que queria nomear sua própria Comissão e o presidente Afonso Arinos, escolhido pelo presidente Tancredo Neves. Depois, os problemas aumentaram, porque, da lista de 31 nomes, indicados por Tancredo, praticamente só ficaram o próprio Afonso Arinos e o jornalista Mauro Santayana, nomeados já por Sarney, presidente e secretário executivo da Comissão.

Da lista de Tancredo sobrou muita gente — desde a vereadora Benedita da Silva do PT fluminense, até o general Otávio Costa. E os problemas aumentaram ainda mais quando o professor Ney Prado, da Escola Superior de Guerra, foi nomeado por Sarney e indicado por Afonso Arinos para secretário-geral da Comissão, atropelando assim as funções de Mauro Santayana.

Se Santayana, mineiro da escola tancredista, soube, como confessa, "engolir os sapos", outros membros da comissão assim não o fizeram. Para muitos deles, Ney Prado foi imposto pelas Forças Armadas e sua indicação para a secretaria "tem o dedo da ESG e do general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército".

A duplicidade de funções, portanto, acabou gerando problemas. A bancada paulista, através de Miguel Reale Júnior, protestou. Ney Prado se defendeu, dizendo estar ocupando espaços por sua grande capacidade de trabalho. O plenário por sua vez decidiu por uma solução salomônica: Mauro Santayana ficou com a parte logística da comissão, cuidando das verbas, passagens, acomodações etc, restando a Ney Prado o burocrático serviço de fazer atas.

Nó entanto, as divergências não refluiram; embora os dois secretários evitem se agredir ou trocar acusações públicas. Ao contrário, tratam do problema com muitos panos quentes, a ponto de Ney Prado, ao perceber a entrevista de Mauro Santayana, pedir em tom de blague: "Me poupa, que eu te poupei".

Mas o que não conseguem disfarçar são suas grandes divergências ideológicas e aí nem Ney Prado evita farpas ao passado de exilado político de Mauro Santayana, nem este deixa de dizer que considera Ney um homem de direita.

Ambos garantem, porém, que não estão

na comissão a serviço de alguma ideologia, o que é confirmado até por alguns dos mais ferrenhos adversários de ambos. Dessa forma, um dos membros da comissão chegou a ironizar a existência de lobbies:

"Para que lobbies se os grupos econômicos estão todos representados aqui?"

Notam que, apesar de os empresários terem "tomado de assalto" o comitê que estuda os problemas da "Ordem Econômica", a Comissão tem, através de seu plenário, tomado posições marcadamente nacionalistas, muitas delas estatizantes, para desespero confesso de Ney Prado, que não quer "uma Constituição que seja contra ninguém".

Mas, para entender a posição dos dois secretários, é preciso saber o que eles pensam.

